

## Índice

Outra maneira de ver a empresa.....	1
A família, o rosto do humano.....	2
“Ética para máquinas”.....	3
“La destrucción creadora”.....	4

### Outra maneira de ver a empresa

A empresa é uma realidade muito complexa, que pode ser encarada sob muitos pontos de vista. Os filósofos, por exemplo, procuraram explicar como seria a atuação de Aristóteles se tivesse de gerir a General Motors. A teologia fez igualmente incursões no mundo empresarial, no quadro da Doutrina Social da Igreja.

Como economista, sempre me interessou procurar entender essas “outras maneiras” de entender a empresa, porque deparo com fundamentos que vão além do mercado e das transações e que, portanto, me levam a conclusões que, por vezes, me obrigam a voltar a pensar nas que me apresenta a economia.

No passado dia 5 de julho, tive ocasião de ouvir um desses contributos. O seu autor foi Mons. Fernando Ocariz, professor emérito de Teologia e Prelado do Opus Dei, que, como Grande Chanceler da Universidad de Navarra, participou num Congresso sobre [A empresa e as suas responsabilidades sociais](#) que teve lugar no IESE, a Escola de Direção de Empresas dessa Universidade, que celebra este ano o 60.º aniversário da sua fundação.

Os economistas costumam dizer que a empresa é uma rede de contratos, um participante no mercado, um capital em busca de rentabilidade... Mons. Ocariz encara-a sob outro ângulo, como uma comunidade de pessoas que se juntam para alcançar um objetivo comum, que é a satisfação de

outras pessoas através da produção de bens e serviços. Com eficiência, porque é uma instituição económica.

“A empresa é” – salientou Mons. Ocariz na sua [conferência](#) – “uma expressão da sociabilidade da pessoa, que necessita da relação com outras pessoas para satisfazer as suas necessidades materiais e espirituais, para dar sentido ao seu trabalho, para prestar um serviço aos outros e à sociedade e, em última análise, para se conhecer a si mesma e alcançar assim a sua plenitude como pessoa e como filho de Deus”.

E acrescentou: “A empresa é uma comunidade de pessoas que serve outras pessoas dentro de uma sociedade de pessoas; só depois de considerar isto têm lugar os capitais, as instalações, a tecnologia e as realidades jurídicas”. Uma vez adquirido esse fundamento, as consequências começam a fluir. A sua função social deriva da liberdade e da capacidade criativa das pessoas: essa é a origem da visão humanista e cristã da empresa. Portanto, é evidente que a empresa é um âmbito privilegiado para o exercício do trabalho humano... Com razão afirmava São João Paulo II que “o principal recurso do homem é, juntamente com a terra, o próprio homem”, convidando-nos a levantar o foco, para lá da técnica, do dinheiro, da organização ou da eficiência.

Prossegue Mons. Ocariz: “A função da empresa na sociedade tem de ser procurada no serviço à pessoa, que é simultaneamente a destinatária, a promotora, a criadora e a realizadora de tudo o que as nossas organizações levam a cabo. Porque, ao mesmo tempo que a pessoa domina a natureza, fabrica coisas e gera riqueza, faz-se a si mesma: realiza-se e desenvolve-se... Temos aqui todos os componentes da função social das empresas: as pessoas, o propó-

sito ou objetivo que as move, a direção do projeto, e a inserção no amplo âmbito da sociedade na qual participam, à qual servem, de cujos recursos se abastecem e para cuja prosperidade contribuem”.

Aprofundando essa dimensão humana da empresa, Mons. Ocariz salientou que, além do afirmado pelo contrato de trabalho ou pela convenção coletiva, o trabalho das pessoas na empresa é “uma contínua transferência de benefícios. Recebe-se muito, não apenas um salário, uma felicitação pelo desempenho ou possibilidades de promoção, como também conhecimentos, capacidades, relações, amizades... E, ao mesmo tempo, disponibiliza-se muito: tempo, esforço, atenção, esperança, conhecimentos, experiências... Daí que até os mais egoístas, que talvez tenham concebido o seu trabalho exclusivamente como um meio para satisfazer os seus interesses pessoais, acabem por servir os clientes, ajudar os seus colegas, esforçarem-se por melhorar o rendimento dos talentos que Deus lhes deu”. E concluiu: “A empresa é, sem dúvida, uma grande transformadora de pessoas... para bem, ou para mal”.

Esta maneira de ver a empresa não é algo utópico, idealizado, embora muitas vezes tenhamos que avaliar com crueza tantos comportamentos materialistas e egoístas. O atual Grande Chanceler da Universidad de Navarra recordou uma reunião que o primeiro Grande Chanceler, São Josemaría Escrivá, teve com empresários na própria sede do IESE em Barcelona no ano de 1972, numa época em que a empresa não gozava de boa imagem na imprensa, pelo menos em Espanha. “A vocês que têm de gerir dinheiro, olham com receio. Eu não... A vocês deve a sociedade a quantidade de postos de trabalho que criam. O país deve-lhes a prosperidade. A vocês devem-lhes, tantas pessoas, esta promoção da vida nacional. Fazem, portanto, um trabalho muito cristão”.

Mas depois desses elogios, São Josemaría recordava-lhes os seus deveres: “Não se esqueçam do sentido cristão da vida. Não se vangloriem dos vossos sucessos. Não se sintam desesperados se alguma coisa não correr bem”. Em seguida, Mons. Ocariz recordou também: “Quando naquela reunião de 1972, um antigo aluno perguntou a São Josemaría qual é a primeira virtude que um empresário se deve esforçar por adquirir, respondeu de imediato, como algo que tinha muito assumido: ‘A caridade, porque somente a justiça não basta (...) A justiça sozinha é uma coisa seca; ficam muitos espaços por preencher’. E acrescentou; ‘mas não falem da caridade: vivam-na!’”.

Anos depois, Bento XVI dizia algo parecido na encíclica [“Caritas in veritate”](#) (n. 6): “A caridade vai além da justiça, porque amar é dar, oferecer do ‘meu’ ao outro; mas nunca carece de justiça... Não posso ‘dar’ ao outro do meu sem lhe ter dado em primeiro lugar o que em justiça lhe cabe”.

Já quase no final da sua conferência, Mons. Ocariz dirigiu-se aos empresários e dirigentes que o escutavam na Aula Magna do IESE: “Não devem esquecer outras tarefas fundamentais habitualmente confiadas a um *manager*, como planear, organi-

zar, comandar, coordenar e controlar. Mas essas tarefas também têm lugar sempre através de relações interpessoais. A empresa é, em última análise, um lugar de convivência, e esta depende de todos, mas principalmente dos que a dirigem. Daí a necessidade de que os dirigentes tenham muito presente que qualquer pessoa é importante, não só nem principalmente pelo que contribui para a empresa, mas pelo que é em si mesma. Se isto é assim numa perspectiva simplesmente humana, mais decisivo o é para uma perspectiva especificamente cristã... nas palavras de São Josemaría: ‘Um homem ou uma sociedade que não reage perante os sofrimentos ou as injustiças, e que não se esforce por aliviar essas situações, não é um homem ou uma sociedade à medida do Coração de Cristo’”.

Antonio Argandoña  
Professor Emérito, IESE Business School

## A família, o rosto do humano

No fim de semana de 19-20 de outubro, a International Federation for Family Development (IFFD) realizou o seu congresso mundial sob o título “A família, o rosto do humano”. 1300 pessoas provenientes dos 70 países em que a IFFD tem presença, encontraram-se em Londres para partilhar experiências e formar-se na empresa mais importante das suas vidas: a sua família. Entre elas, quase 300 jovens profissionais participaram numa jornada denominada “projeto pessoal”, para aprofundar os fundamentos de uma vida plena, nos planos pessoal e profissional.

Nesta era sofisticada, tecnológica e confusa, que umas vezes exalta e outras anula o especificamente humano, vale a pena regressar ao essencial. E a família é-o.

O congresso contou com a participação de conferencistas de primeiro nível internacional, mas o seu verdadeiro objetivo não era receber os experientes conselhos dos melhores especialistas em casamento e família, mas visualizar mais uma vez que a família constitui, na verdade, o rosto do humano, o lugar onde a pessoa tem um chamamento para nascer, crescer, amar e morrer.

É o que Joachim Chu, o presidente da IFFD em Hong Kong, denominou um dia a “Family Enrichment culture”. Uma cultura que não faz condicionamentos em termos de raças, religiões, sexos, nacionalidades ou classes sociais, para a qual apenas se exige uma condição: querer ser feliz no meio próprio do ser humano, a família.

Diversamente de muitos animais, o ser humano nasce biologicamente indigente. Necessita de uma mãe que o tenha acolhido com um amor consciente e, por vezes, esforçado, que cuide dele e o mantenha na vida durante os primeiros anos de existência. Mas não numa vida qualquer, porque ao “filhote” de homem não lhe basta o alimento e o refúgio para subsistir. Precisa do carinho, do contacto, da voz e da carícia e, sem eles, como demonstraram funestas experiências sociológicas, morre irremediavelmente. E, consciente de que ele é de sua mãe graças a um pai, necessita, ainda que não saiba expressá-lo, que este envolva aquela do amor que lhe prometeu um dia, inclusivamente sem palavras, ao decidir gerar uma nova vida que nasce sem data de validade.

Depois, essa vida biológica tornar-se-á cultura, humanidade, porque a natureza do ser humano não é apenas genética, crescendo, desenvolvendo-se e “fazendo-se” a si mesma com a experiência e o meio. Por isso, também numa perspectiva antropológica e pedagógica, o ser humano necessita de um âmbito de aprendizagem que o ajude, segundo a feliz expressão de Karl Jaspers, a “vir a ser homem”, a ser o que já realmente é.

Não tem mérito ser pedra ou besta ou anjo – são o que são –, mas é árduo ser homem, refletia Gustave Thibon. Os pais têm uma “autoridade sem concorrência” (Fabrice Hadjadj) e têm o dever moral de ir adquirindo essa formação que os prepare como educadores competentes. São os primeiros educadores, coprotagonistas das vidas dos seus filhos e precisam de boas ferramentas para os formar. Com que facilidade se intrometem o Estado, a escola, o Google e todos os vendedores de ilusões no seio de uma família sem projeto próprio. Por isso, na declaração final do congresso, que será apresentada na Organização das Nações Unidas (ONU), em fevereiro, pede-se a esta organização que inste os diversos países a promoverem cursos de *parenting education* ou *Family Enrichment*.

Também será na família onde a criança se vai encontrar com a sociedade. O despertar sociológico do ser humano começa na família, onde se aprendem as vivências sociais que permitirão depois viver em comunidade. “Quem não alimentou dentro de si os laços familiares”, argumenta Irenäus Eibl-Eibesfeldt, “muito menos conseguirá posteriormente que desperte o amor para com a sociedade. Pelo contrário, quem aprendeu a amar os seus pais e irmãos, pode também amar mais tarde uma coletividade”. Uma sociedade que esquece ou maltrata a família degenera no individualismo.

E essa necessidade de amor dos primeiros anos de vida intensifica-se no ser humano adulto. A autonomia e o desenvolvimento pessoal, contrariamente ao que poderia parecer, reclamam esse ambiente familiar. A família é o lugar insubstituível do amor, o único onde o amor incondicional é assegurado (ou deveria sê-lo) desde a concepção até à morte. Ontologicamente, a pessoa é um ser para o amor. E, como explica Tomás Melendo, quanto mais perfeita e desenvolvida for a pessoa, isto é, quanto mais capaz de amar se tornar, mais necessita da família, pois não existe outro lugar onde o amor floresça com mais força.

O trabalho pró-família da IFFD nas Nações Unidas consiste numa simples, embora exigente, atividade: descobrir a verdade nua e crua, sem sombra de ideologia. A partir da ciência e da estatística não há lugar a dúvidas. Todos os estudos com rigor científico, venham de onde vierem, ratificam teimosamente que a família formada por um pai e uma mãe que se unem com uma vocação de estabilidade e abertura à geração de novas vidas é o melhor ambiente para o ser humano. A dependência da droga, o alcoolismo, a violência infantil, os abusos sexuais, o insucesso escolar, a violência doméstica e todos os restantes flagelos sociais previnem-se de modo mais eficaz na família do que em qualquer outro lugar.

Renata Kaczmarek, a responsável do Programa de Família das Nações Unidas, corroborou-o mais uma vez no nosso congresso: um euro investido na família tem um retorno social muito maior do que um investido no indivíduo.

A família, o rosto do humano... Talvez a melhor confirmação de quanto venho dizendo tenham sido os comentários do pessoal do Queen Elisabeth II Centre onde se realizou o congresso, a confessarem que nunca viram um ambiente tão humano – ou seja, tão familiar – como o que tinham vivido nesse fim de semana.

J. V.-Q. T. B.

## “Ética para máquinas”

Autor: José Ignacio Latorre  
Ariel. Barcelona (2019)  
320 págs.

José Antonio Latorre, catedrático de Física Teórica na Universidad de Barcelona, desenvolve a sua capacidade de divulgação para refletir sobre uma possível [ética para máquinas robotizadas](#), que utilizam inteligência artificial com base em redes neuronais. Considera que se devem estabelecer claramente linhas vermelhas para que os humanos não deixem de ser imprescindíveis nesse cenário futuro do qual já começámos, de algum modo, a participar.

Ao longo da obra, Latorre descreve características específicas do ser humano e reflete como as máquinas podem reproduzi-las. Isto não é novo: o matemático e criptógrafo Alan Turing afirmava que a inteligência de uma máquina seria semelhante à humana, se um humano, por muito inteligente que fosse, não pudesse distinguir se mantinha uma conversa com outro ser humano ou com essa máquina (Teste de Turing).

O autor leva mais longe esta proposta e reflete sobre um “teste moral”, perspetivando se a inteligência artificial é um agente moral e, portanto, se está sujeita a critérios éticos. Trata-se de uma questão importante. Por exemplo: será que um automóvel autónomo é responsável pelo atropelamento de um peão? Muitos países estão a admitir vir a fazer com que os robôs paguem impostos. Para Latorre, a consciência é o fruto de um emaranhado processamento, fundamentado na complexidade cerebral, e afasta qualquer ingerência do espiritual, embora respeite as crenças pessoais, das quais afirma que podem ser emuladas pelas máquinas inteligentes desde que se lhes acrescente um suficiente grau de complexidade.

Após rever diversas correntes, o autor chega à conclusão de que é possível, e necessária, uma ética para máquinas. Mas Latorre mantém uma linha de pensamento em que, embora não menosprezando formalmente o corpo, dissocia-se da alma, identificada com a inteligência, num suave maniqueísmo.

De qualquer forma, o seu objetivo, defende, não é estudar o que é a alma, mas falar sobre ela despreocupadamente para convidar à reflexão. Muito menos pretende descobrir qual é a sua essência, mas descrever como a inteligência artificial deveria imitá-la para melhorar nesse Teste de Turing, no qual a percepção indistinguível da realidade se fundamenta numa emulação da linguagem.

Em resumo, trata-se de um texto de leitura muito agradável, cheio de ideias sugestivas e com profundidade cultural, escrito com uma certa atitude positiva. Para a sua leitura não é necessária uma formação anterior especializada. Pode, por outro lado, ser muito útil para se fazer uma composição de lugar e tempo sobre as implicações da inteligência artificial e da robotização progressiva na qual nos estamos a ver submersos a um ritmo insuspeito.

A. A.



## “La destrucción creadora”

“La distruzione creatrice”

Autor: Luigino Bruni  
Ciudad Nueva. Madrid (2019)  
104 págs.

A Economia de Comunhão (EdC), na qual se enquadra o presente livro, há várias décadas que tem vindo a divulgar uma nova visão do funcionamento da economia e a receber reconhecimentos. Entre eles é de destacar a referência expressa de Bento XVI a iniciativas vinculadas a ela na [“Caritas in veritate”](#) (n. 46; ver “Aceprensa”, 8.7.2009). Fundada por Chiara Lubich, iniciadora do Movimento dos Focolares, a EdC aglutina empresários, dirigentes, investigadores e cidadãos em geral comprometidos com a proposta e promoção de uma cultura económica e de um estilo de vida diferentes dos associados ao capitalismo. Enquanto que neste existe a primazia da dimensão produtiva e consumidora das pessoas, esta proposta económica assenta na comunhão que se processa entre essas pessoas, na gratuidade e na reciprocidade.

Bruni, um dos estudiosos e divulgadores mais destacados da EdC, aborda com “La destrucción creadora” os problemas organizativos que podem pôr em perigo o funcionamento e a continuidade das denominadas “organizações motivadas por ideais” (OMI). Estas nascem do *carisma* de determinada pessoa que decide promovê-las e torná-las realidade. Embora o termo *carisma* tenha conotações religiosas e espirituais, neste contexto refere-se a uma maneira diferente de entender e impulsionar uma iniciativa na sociedade civil. Surge a partir de uma motivação orientada para um ideal, para uma razão de ser, que vai para além da própria instituição, ao procurar alcançar objetivos que a transcendem.

Apoiando-se no funcionamento e nas dinâmicas que acontecem em qualquer organização empresarial, e de modo particular no conceito schumpeteriano (de Joseph Schumpeter) da “destruição criadora”, Bruni destaca três reptos ou desafios aos quais as organizações deste tipo devem responder de maneira particular: capacidade para criar estruturas organizativas sólidas, ligeiras e eficientes; enfrentar a sua própria vulnerabilidade conjugando o tipo de relações e virtudes sobre as quais assentam: fraternidade, diversidade, liberdade, lealdade e humildade; e poder dar continuidade, ao mesmo tempo que atualizar o impulso e ideal proposto por aqueles que a implementam, para o que é indispensável que, no momento oportuno, estes saibam passar o testemunho.

Com escassos matizes, pode dizer-se que estes perigos devem ser enfrentados por qualquer empresa, independentemente da atividade que desenvolva e dos objetivos que pretenda alcançar. Precisamente porque pode haver uma “aprendizagem” mútua entre diversas propostas, poderia ser

oportuno e interessante para a consecução dos seus objetivos específicos, considerar para estudar as OMI de literatura e modelos de governo diferentes, como a direção por missões, que apresenta uma abordagem mais completa e profunda sobre as motivações das pessoas, onde têm um papel relevante as chamadas contributivas ou transcendentais.

L. B. M.

